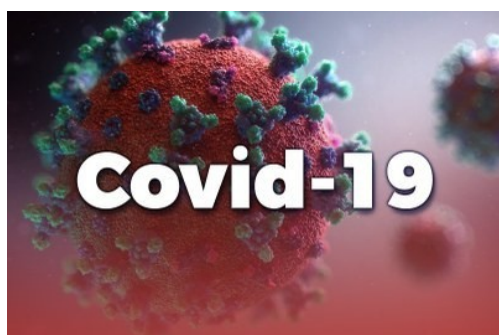




O que está sendo feito?

1. Manifestação afirma que recursos do Pnae não podem ser transferidos a famílias de estudantes



Em manifestação divulgada nesta segunda-feira (11), o Ministério Público Federal (MPF) reafirma que os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) são destinados exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios, sendo vedado o repasse de dinheiro às famílias dos estudantes por meio de programas de transferência de renda já existentes. O parecer foi elaborado pelo

Grupo de Trabalho Educação da Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do MPF (1CCR) em resposta à consulta feita pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

No documento, o MPF ressalta que o Pnae, instituído pela Lei no 11.947/2009, é uma política pública de educação e não de assistência social. Destaca ainda que as medidas legislativas que autorizaram a flexibilização da aplicação dos recursos durante a crise do novo coronavírus – Lei n. 13.987/2020 e Resolução FNDE 02/2020 – preveem tão somente, e em caráter excepcional, a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do Pnae aos pais ou responsáveis pelos estudantes. Não há “qualquer outra excepcionalidade que permita a sua utilização para outros fins”. [Leia mais](#).

2. MPF divulga balanço da atuação no combate à pandemia de covid-19 no Rio de Janeiro

Organização da rede federal de assistência, uso máximo da capacidade instalada na covid-19, necessidade de aumento de produção de



equipamento de proteção individual (EPI) e transparência no uso de verbas federais. Essas são algumas frentes de atuação dos procuradores da República dos quatro Ofícios de Tutela Coletiva do Rio de Janeiro, que divulgaram na última semana o terceiro e quarto informativos do trabalho para acompanhar as medidas adotadas pelos entes públicos diante da crise. Esse acompanhamento é feito por meio de inquérito civil público.

No [terceiro informativo](#), o MPF destaca que, além do inquérito já instaurado, outros procedimentos estão em curso, com destaque para o que apura a transparência das contratações diante da notícia de eventual irregularidade nos processos formalizados pelo Estado do Rio de Janeiro, com potencial uso de verbas federais, para as ações de combate à pandemia. Já no [quarto informativo](#), destacam-se os dados de controle de repasses destinados ao combate à pandemia. A iniciativa segue orientação do Giac que, em 22 de abril, expediu recomendação dispondo sobre o acompanhamento e fiscalização, por parte dos Ministérios Públicos, da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate ao coronavírus. [Leia mais](#).

3. MPT divulga balanço do trabalho das regionais

O Ministério Público do Trabalho divulgou, nesta segunda-feira (11), o [balanço atualizado](#) dos resultados obtidos pelas 24 unidades regionais do órgão na execução de ações de combate à pandemia de covid-19. Os relatórios tiveram como parâmetro o plano de ação do MPT com iniciativas necessárias ao enfrentamento do coronavírus de forma coordenada.

Desde o início da pandemia, o órgão registra um aumento significativo no número de denúncias recebidas e procedimentos instaurados. O [total de inquéritos civis instaurados](#) pelo MPT para apurar violações trabalhistas relativas à covid-19 chegou a 2.400 no dia 4 de maio. O número é quase 147% maior do que o divulgado no levantamento publicado há um mês, no dia 3 abril, quando havia 972 inquéritos. As denúncias também cresceram e já somam 11.860, enquanto eram 5.806 naquela data. Os procuradores do MPT já emitiram 7.727 recomendações, 23.163 despachos e 36.004 documentos, entre notificações, ofícios e requisições, números que refletem a evolução da atuação institucional para o enfrentamento desta crise.

Apenas na Bahia, foram [1.166 denúncias trabalhistas](#) em um mês e meio, majoritariamente provenientes dos setores de saúde, telemarketing e varejo em geral. A [Paraíba registrou 578 denúncias](#) de violações trabalhistas relacionadas à covid-19 desde o início da pandemia.



4. Recomendação aponta medidas para segurança de trabalhadores de empresas de transporte aéreo

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Pernambuco emitiu recomendação para impedir a contaminação de trabalhadores de empresas de transporte aéreo de carga e de pessoas. O documento foi enviado, até agora, para 23 empresas do setor. As orientações são direcionadas tanto para atividades administrativas e de atendimento, como para check in, despacho de bagagem e embarque nos aeroportos. Além disso, inclui as operações de armazenamento e movimentação de cargas. [Leia mais](#).

5. MPT destina recursos para conserto de respiradores

Em Goiás, o MPT destinou a quantia de R\$ 64,5 mil para a manutenção de respiradores mecânicos e de monitores clínicos de UTI da rede pública de saúde. A entrega da primeira parte dos respiradores que passaram pela manutenção ocorreu hoje (11/05) e foi feita à Secretaria Estadual de Saúde. O valor vai ser utilizado, até julho deste ano, para as seguintes finalidades: contratação de três técnicos da área eletroeletrônica; aquisição de peças; compra de equipamentos de proteção individual e material de higienização para docentes e técnicos responsáveis pela manutenção; e calibração (pressão e funcionamento elétrico). [Leia mais](#).